Leia outras colunas em **zerohora.com/giseleloeblein**

CAMPO ABERTO

Gisele Loeblein
gisele.loeblein@zerohora.com.br
zerohora.com/giseleloeblein
3218-4709

EFEITO DA SUPERSAFRA FOI ALÉM DAS LAVOURAS

Diante da safra histórica colhida no Rio Grande do Sul, o efeito positivo sobre a economia gaúcha era mais do que esperado. Os números apresentados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) comprovam isso. Embalado pela supersafra, o Estado teve no PIB do segundo trimestre crescimento de 2,5%, superior ao do país, de 0,3%, na comparação com o mesmo trimestre do ano passado. É o melhor desempenho desde o início de 2014.

Diferentemente do Brasil, que sente o peso da safra nos primeiros três meses do ano, o Estado vê o maior reflexo da produção no segundo trimestre, devido ao calendário da colheita. Neste ano, há dois detalhes interessantes.

O primeiro, é o fato de que o PIB agropecuário nacional cresceu no segundo trimestre mais do que o gaúcho – 14,9% e 7,9%, respectivamente. A explicação está nas diferentes bases de comparação. O país teve em 2016 quebra na safra em decorrência da falta de chuva. O Rio Grande do Sul, não. Com exceção de perdas registradas no arroz (em função do excesso de precipitações), colheu safra cheia.

– O Estado está crescendo em uma base mais real – observa Antônio da Luz, economista-chefe do Sistema Farsul.

O segundo detalhe é que foi nos pagos gaúchos que a agricultura teve maior impacto sobre a economia. O campo extrapolou seus limites e "contaminou" positivamente outros setores, como a indústria, que no país teve queda de -2,1% e no Estado, de -0,3%.

– A safra tem um efeito de transbordamento, e quanto mais integrada a economia na agricultura, maior será esse efeito – explica Luz.

É o caso do Rio Grande do Sul, onde a indústria depende mais da agricultura do que no Brasil. Ou seja, a safra recorde colhida nos campos levou seus resultados positivos para outros segmentos com maior intensidade no Estado.

Para Luz, o PIB agropecuário no país deve fechar o ano com aumento de dois dígitos. No Estado, o desempenho deve ser igual ou um pouco maior do que o chinês – projetado em 6,5% em 2017. O economista reforça, no entanto, que PIB e renda são grandezas diferentes. Mesmo com efeito tão positivo na geração de riquezas, o volume histórico colhido não foi suficiente para compensar os baixos preços, impactando negativamente o bolso do produtor.

NO RADAR

O arroz foi um dos destaques positivos em agosto nas exportações do agronegócio do Estado. Segundo levantamento feito pela Federação da Agricultura do Estado, o cereal teve alta de 130% no volume embarcado e de 66,15% no valor, em relação a igual mês do ano passado. No total, porém, os embarques do setor tiveram recuo de 1,84% em quantidade e de 8,57% em faturamento no período.

RONI RIGON, BD, 22/08/2017

SOB ANÁLISE

A autorização necessária para a conversão de áreas de campo nativo em lavouras produtivas tem andado em ritmo diferente do esperado pelos agricultores. Hoje, segundo a Fepam, existem 61 solicitações feitas na região do Bioma Pampa e outras seis nos campos de altitude da Mata Atlântica. O prazo médio de espera é de 59 dias. Ou seja, são quase dois meses entre o pedido e a liberação.

Diretor técnico da Fepam, Gabriel Ritter confirma que a situação atual não é a ideal. Mas treinamentos vêm sendo feitos pelo órgão para habilitar técnicos. E a projeção é de que, em um futuro próximo, seja possível dar mais celeridade à avaliação.

A supressão das pastagens nativas feita fora dos parâmetros estabelecidos pela legislação está no cerne de uma polêmica envolvendo agricultores dos Campos de Cima da Serra, que foram alvo de autuações por parte do Ibama e tiveram áreas embargadas.

Em reunião realizada nesta semana em Brasília, a presidente do Ibama, Suely Araújo, sinalizou que o governo federal está finalizando um decreto para que as multas possam ser convertidas em serviços ambientais.

– As exigências em cada uma dessas regiões são diferentes. Sobre o Bioma Pampa é aplicado o Código Florestal, e na Mata Atlântica, há lei específica – explica o diretor da Fepam.

LEITE POR CIMA DA PONTE

Será na fronteira com o Uruguai que cerca de mil produtores protestarão hoje contra a crise no leite. A escolha do local – a ponte internacional Barão de Mauá, em Jaguarão – tem relação com o fato de o país vizinho ser apontado como origem do produto importado que tem entrado no mercado brasileiro, fazendo preços despencarem. Mais do que isso, há suspeita de haver triangulação.

O pedido é para que o Brasil imponha sistema de cotas.

– É uma mobilização diferente. Queremos mostrar ao governo do Uruguai que assim não dá mais, e ao do Brasil, que o produtor não suporta mais. Esse é só o começo. Ou fazemos algo, ou o preço cairá mais – diz Carlos Joel da Silva, presidente da Fetag-RS.

> Milho e soja mais baratos significam frango, presunto e mortadela mais baratos, e isso deságua nos supermercados.
>
> **BLAIRO MAGGI**
>
> Ministro da Agricultura, ao falar sobre a importância da agropecuária no controle da inflação

AINDA SOBRE O FUNRURAL...

Sim, o assunto Funrural é complexo mesmo. A promulgação do projeto de resolução do Senado, na terça-feira, trouxe um novo elemento à discussão, como publicado ontem pela coluna. E surgem novas avaliações acerca de seus efeitos.

O advogado Ricardo Alfonsin entende que o projeto não tem efeito prático imediato – os valores devidos não desapareceram simplesmente. Mas que poderá se transformar em ferramenta útil quando o Supremo Tribunal Federal (STF) examinar os embargos declaratórios da decisão tomada em março deste ano – que considerou a cobrança do tributo constitucional.

– A partir dessa resolução, poderá o STF dizer que a lei agora é inconstitucional, porque não fixa as alíquotas. Neste aspecto, é importante o que foi feito – explica Alfonsin.